

COLONIALIDADE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO: A GLORIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM MONUMENTOS BRASILEIROS

COLONIALITY AND HISTORICAL HERITAGE: THE GLORIFICATION OF GENDER-BASED VIOLENCE IN BRAZILIAN MONUMENTS

João Pedro Pezzato¹

Rafaela Domingues Pereira²

Resumo: Este artigo objetiva discutir a relação entre colonialidade e gênero expressa, ainda na atualidade, em monumentos que obliteram as violências praticadas contra mulheres negras e indígenas durante a colonização das Américas. Metodologicamente, partimos do conceito de “colonialidade de poder” de Aníbal Quijano e das proposições de María Lugones para analisarmos as narrativas e os silenciamentos presentes na rememoração de figuras ligadas ao colonialismo no espaço público. Como resultados alcançados, destacamos que diversos monumentos retratam como heróis figuras que representam o domínio europeu sobre o território brasileiro e também a estrutura colonial que violentou e inferiorizou tudo o que se ligava ao feminino.

Palavras-chave: Patrimônio; Monumentos; Mulheres; Violência de gênero; Colonialidade.

Abstract: This article aims to discuss the relationship between coloniality and gender, expressed today in monuments that obliterate the violence perpetrated against Black and Indigenous women during the colonization of the Americas. Methodologically, we draw on Aníbal Quijano’s concept of “coloniality of power” and María Lugones’s propositions to analyze the narratives and silencing present in the commemoration of figures linked to colonialism in public spaces. Our findings highlight that several monuments portray figures who represent European rule over Brazilian territory as heroes, and also the colonial structure that violated and demeaned everything associated with femininity.

Keywords: Heritage; Monuments; Women; Gender-based violence; Coloniality.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutor em Educação - Universidade de São Paulo; Docente - Universidade Estadual Paulista; E-mail: joao.pezzato@unesp.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9523-0954>.

2 Mestre em Educação - Universidade Federal do Rio de Janeiro - E-mail: rafala.domingues@unesp.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5965-7953>.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo estabelecer relações entre a colonialidade e a questão de gênero a partir do estudo do patrimônio histórico brasileiro. A metodologia empregada consiste na realização de uma discussão teórica sobre o conceito da “colonialidade de poder” – cunhado por Aníbal Quijano e aprofundado pela teórica María Lugones – e na análise de monumentos existentes no Brasil que representam as violências impostas aos povos colonizados, em especial às mulheres.

O texto foi estruturado em três partes. Após esta contextualização, apresentamos a metodologia e o arcabouço teórico da pesquisa. Já no item 2, relacionamos a colonialidade e a questão de gênero a partir da produção de Aníbal Quijano e debatemos as importantes críticas levantadas por pesquisadoras do campo do gênero. Por fim, no item 3, analisamos o simbolismo dos monumentos erigidos em homenagem às figuras ligadas às violências coloniais.

Justificando a relevância desta pesquisa, consideramos importante demarcar que o processo de colonização das Américas foi caracterizado pela intensa violência de gênero contra as mulheres negras e indígenas. A pesquisadora Araceli Barbosa Sánchez (1994) demonstra como o ódio contra as mulheres e contra toda “feminilidade” levou os conquistadores a práticas de extrema violência, tortura, morte e degradação dos cadáveres das mulheres que resistiram ao estupro. Já de acordo com María Lugones (2014, p. 938), a dita “missão civilizatória” foi a máscara que possibilitou o “[...] acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático”.

No entanto, tais violências de gênero não se restringiram ao período histórico da colonização. O conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano indica que noções construídas nesse período, especialmente relacionadas à raça, aparecem como base da estruturação da sociedade moderna e do sistema capitalista; desse modo, perpetuam-se até a atualidade. Por sua vez, a obra da pensadora María Lugones enfatiza que o colonialismo europeu não restringiu a violência contra as mulheres à opressão de gênero, mas, sobretudo, agiu para redefinir as relações de gênero das sociedades ameríndias e africanas a partir de seu sistema hierárquico que subjuga o feminino e coloca o homem branco no centro das relações de poder.

A partir das contribuições teóricas dos intelectuais citados, entendemos que as sociedades contemporâneas se ancoram na colonialidade de poder e de gênero. Tal fato se expressa simbolicamente, ainda hoje, no patrimônio

histórico dos territórios outrora invadidos e colonizados, visto que inúmeros monumentos retratam como heróis figuras ligadas à violência imposta contra as mulheres indígenas, africanas e afro-brasileiras, como as estátuas que rememoram representantes das monarquias europeias, dos traficantes de escravizados e, no caso do Brasil, dos bandeirantes.

Dessa forma, recuperar a historicidade de uma história subalternizada implica compreender o passado como uma fonte de significação do presente, e trabalhar com a história do ponto de vista das mulheres é lançar olhares sobre pessoas que tiveram suas vivências subalternizadas até mesmo pelo movimento feminista hegemônico, o qual aparece fortemente marcado pelo eurocentrismo imposto pela colonialidade, conforme já pontuaram autoras como Rita Segato, María Lugones, Francesca Gargallo e muitas outras pensadoras. Inclusive, de acordo com Gargallo, mostrou-se relativamente fácil para o movimento feminista europeu se identificar com as mulheres queimadas na fogueira pela Inquisição, mas o mesmo reconhecimento parece não ocorrer com o massacre das mulheres americanas e a conversão de seus corpos em instrumento de dominação de sua cultura em uma continuidade de tempo que se estende desde o século XVI até a atualidade. Portanto, é urgente que as mulheres reconheçam as estruturas que sujeitam a si e a suas ancestrais às violências, à negação de suas palavras, à inferiorização e à falta de direitos que se perpetuam ao longo da história.

1 Metodologia e arcabouço teórico

Este trabalho é um desdobramento da participação na disciplina (suprimido para avaliação), ofertada pelo Programa de Pós-Graduação de História Social da Universidade de São Paulo (USP), e das pesquisas realizadas pelos autores na área do Patrimônio Histórico e do Ensino de História.

Ao longo deste trabalho, a metodologia da discussão teórica foi utilizada para compreender o termo “colonialidade de poder” do sociólogo Aníbal Quijano, bem como as críticas e contribuições trazidas pela socióloga María Lugones. Para isso, foram lidas criticamente e relacionadas as seguintes produções dos autores: *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina* (Quijano, 2005) e *Rumo a um feminismo descolonial* (Lugones, 2014). Por sua vez, os resultados analíticos desta etapa do estudo são apresentados a seguir no item “A colonialidade e a questão de gênero”.

Já no segundo momento desta investigação, com seus desdobramentos expostos no tópico “A glorificação da violência de gênero no patrimônio”, são analisados exemplos de patrimônios brasileiros que representam as violências

perpetradas contra os povos colonizados, em especial as mulheres, sendo detalhadas as relações entre a colonialidade e a violência de gênero expressas nos monumentos focalizados. No que tange a tal análise, é importante destacar que os monumentos, a partir de suas dimensões, símbolos e locais de construção, nos permitem acessar as narrativas sobre o passado que se busca transmitir. Desse modo, analisar um monumento também implica “[...] verificar a justificativa utilizada por seus idealizadores e responsáveis quando desenvolveram e erigiram aquele tipo de projeto, destinado a influenciar a memória coletiva da população de um determinado lugar” (Moura, 2016).

Por fim, destacamos que, além das perspectivas teóricas de Quijano e Lugones, este trabalho também se ancora nas proposições de Pierre Nora (1993), Maurice Halbwachs (2006) e Achille Mbembe (2020) sobre os lugares de memória e a memória coletiva.

2 A colonialidade e a questão de gênero

O sociólogo peruano Aníbal Quijano (1930-2018) ainda hoje se apresenta como um dos intelectuais de destaque na questão da colonialidade. Em linhas gerais, Quijano, por meio de uma análise histórica sobre a formação mundial do capitalismo, delineou categorias que são fundamentais para se compreender a estruturação da modernidade e do sistema ocidental europeu de pensamento, por exemplo, ao cunhar o termo “colonialidade de poder”, o qual conceitua o modo específico que a dominação e a exploração assumem na construção do sistema de poder mundial. O autor enfatiza que a colonialidade do poder e a modernidade se apresentam como eixos inseparáveis do sistema capitalista. Do mesmo modo, argumenta que a racialização e a exploração capitalista se apresentam imbricadas na constituição do sistema de poder que se ancorou nas Américas.

Uma das grandes contribuições de Quijano, num momento histórico em que o colonialismo – como sistema político – não aparecia como central no debate acadêmico desde o processo de descolonização da África, foi desnudar que a matriz colonial se calcava na raça, mas não se restringia somente ao período de colonização da América e de África, pois, como a colonialidade estava posta na base do sistema capitalista mundial, se perpetuava até a contemporaneidade.

É nessa direção que Aníbal Quijano apresenta a colonização como um processo contínuo e que perpassa as independências políticas. No seu ponto de vista, o rompimento “formal” entre metrópole e colônia perpetuou formas estruturais de dominação, expressas no capitalismo colonial/moderno e,

atualmente, na globalização. Um dos eixos fundantes desse padrão de poder é, em suas palavras, “[...] a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça”, isto é, “[...] uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo” (Quijano, 2005, p. 117).

Compreendendo raça como uma categoria mental da modernidade (visto que, em seu entendimento, a categoria de raça em seu sentido moderno não existia antes da colonização), Quijano argumenta que a formação de relações sociais fundadas a partir dessa noção – que desde a chegada dos europeus ao continente americano foi construída sobre supostas estruturas biológicas que diferenciavam “conquistadores” e “conquistados” – produziu novas identidades sociais, como índios, negros e mestiços, e redefiniu outras, como o espanhol, o português e, posteriormente, o europeu, os quais não indicavam mais apenas a procedência geográfica, pois adquiriram também uma conotação racial (Quijano, 2005, p. 117).

Logo, tais relações sociais se expressaram em hierarquias, lugares e papéis sociais díspares em virtude do padrão de dominação que estava sendo imposto. Ou seja, “[...] raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica” (Quijano, 2005, p. 117). Desse modo, argumenta Quijano (2005, p. 118), a ideia de raça foi uma maneira de conceder legitimidade às relações de dominação impostas no processo de colonização. Tal movimento, do ponto de vista histórico, culminou em uma nova forma de legitimar as relações de dominação e de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados.

Por sua vez, no processo de constituição histórica da América, “[...] estabelecia-se uma nova, original e singular estrutura de relações de produção na experiência histórica do mundo: o capitalismo mundial” (Quijano, 2005, p. 118). Ainda segundo o pensador, não demorou muito para que as novas identidades históricas produzidas fossem associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho.

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho desenvolveram entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário, estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo.

E o menor salário para indivíduos das raças consideradas inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser tampouco explicado sem se recorrer à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial (Quijano, 2005, p. 120).

É importante destacar que os estudos de Quijano também apontam que a utilização da raça como instrumento social de dominação passou a depender de outro igualmente universal: o intersexual ou de gênero, na medida em que ambos colocavam os povos dominados em uma “[...] situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (Quijano, 2005, p. 118).

Por outro lado, destacadas pensadoras latino-americanas, como María Lugones, Rita Laura Segato, Breny Mendoza e Karina Andrea Bidasca, endossam os principais fundamentos da teoria de pensamento de Quijano, mas apontam algumas limitações no que se refere ao debate sobre gênero. Bidasca e Laba (2011) reiteram as advertências, já sinalizadas por Lugones (2008) e Mendoza (2010), no que diz respeito a Quijano naturalizar as relações de gênero e a heterossexualidade. As autoras confluem também no entendimento de que raça aparece nas formulações de Quijano como um conceito totalizador, o qual, defendem as pesquisadoras, necessita ser pensado interseccionalmente com a questão de gênero – visto que, como enfatiza Breny Mendoza (2010, p. 23), as mulheres africanas e indígenas ficavam sujeitas ao domínio dos homens colonizadores e colonizados.

É importante mencionar que tal revisão crítica da obra de Quijano fortaleceu as proposições do autor e as complexificou ao invés de invalidá-las. Por exemplo, a filósofa argentina María Lugones (2014, p. 939) amplia a compreensão de gênero de Quijano ao pensá-la para além do acesso sexual às mulheres, mas a partir do que nomeia como “colonialidade de gênero”, já que entende que o colonialismo europeu influenciou e impôs suas estruturas de gênero aos povos que encontrou nos continentes americano e africano. Portanto, em suma, a violência contra as mulheres indígenas e africanas não apenas se manteve circunscrita à opressão de gênero, mas também redesenhou as próprias relações de gênero das culturas não ocidentais, dando base a um sistema hierárquico que inferioriza o feminino e exclui tudo que não possa ser reconhecido como homem ou mulher.

Lugones (2014) usa o termo colonialidade não somente para nomear a classificação dos povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também para denominar todo o processo que objetivava desumanizar os colonizados e as colonizadas e torná-los menos que seres humanos. Em

suas palavras, somente “[...] os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontavelmente sexuais e selvagens” (Lugones, 2014, p. 936). A autora também aponta que, dessa mesma forma, “[...] o processo de colonização inventou os/as colonizados/as e investiu em sua plena redução a seres primitivos, menos que humanos, possuídos satanicamente, infantis, agressivamente sexuais, e que precisavam ser transformados” (Lugones, 2014, p. 941).

Nesse sentido, para Lugones, a dicotomia central da modernidade colonial é a hierarquia entre o humano e o não humano, já que essa dicotomia foi imposta sobre os colonizados e as colonizadas a serviço do homem ocidental, tornando-se, inclusive, a marca da “civilização”. Foi a partir disso que o homem europeu, burguês e colonial moderno se tornou um sujeito/ agente apto a decidir para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês (Lugones, 2014, p. 936).

Portanto, a superioridade masculina também pode ser considerada uma construção que se coloca como absoluta em todos os países dominados pela cultura que a produz. Segundo Francesca (2007), tal construção apresenta características semelhantes ao racismo da conquista e à escravização dos derrotados. Por conseguinte, assim como o sistema de gênero e a guerra, o sistema de gênero e o colonialismo complementam-se e reforçam-se, já que apresentam um mecanismo hierárquico comum.

Os mecanismos de controle anteriores à colonização foram, por sua vez, substituídos pelo controle da Igreja, da família e do Estado no que se refere às relações de gênero, o que estabeleceu uma estrutura de domínio masculina, eclesial e estatal para com as mulheres (Bidaseca; Laba, 2011). Nesse processo, a dita “missão civilizatória” era assim “[...] a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático” (Lugones, 2014, p. 938).

Mas, como enfatiza Lugones, o sistema de poder global, capitalista e moderno colonial, que vigorou nas Américas do século XVI até a contemporaneidade, não encontrou em território americano um mundo a ser estabelecido, de mentes vazias e de animais em evolução. Ao contrário, “[...] encontrou-se com seres culturais, política, econômica e religiosamente complexos: entes em relações complexas com o cosmo, com outros entes,

com a geração, com a terra, com os seres vivos, com o inorgânico” e que possuíam “[...] expressividade erótica, estética e linguística [...], [bem como] saberes, noções de espaço, expectativas, práticas, instituições e formas de governo” (Lugones, 2014, p. 941).

Nesse sentido, por fim, urge a necessidade de denunciar o caráter racista, patriarcal e misógino do colonialismo, mas também de revisitar a história a partir da narrativa dos povos originários, particularmente do ponto de vista das mulheres indígenas e negras. As discussões sobre a expressão do colonialismo no patrimônio contemporâneo, as quais debateremos no próximo tópico, trazem importantes contribuições para auxiliar a tecer pelas bordas a história de construção do sistema europeu de poder mundial, imposto por meio do genocídio físico, mas também ao desumanizar as práticas, desconsiderar os saberes, violentar os corpos e desprezar as organizações sociais e políticas dos povos originários.

3 A glorificação da violência de gênero no patrimônio

A discriminação racial, a violência de gênero e a estrutura patriarcal apresentam raízes profundas nas Américas. Nas palavras da filósofa brasileira Sueli Carneiro (2011), o estupro colonial perpetrado pelos senhores brancos contra as mulheres indígenas e negras, bem como a consequente miscigenação resultante dessa violência, está na origem das construções das identidades nacionais de todos os países do continente americano. A autora igualmente aponta que tal “[...] violência sexual colonial é, também, o ‘cimento’ de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades” (Carneiro, 2011, p. 1) e, do mesmo modo, insere-se na base de todas as hierarquias de gênero e de raça presentes na contemporaneidade. Ao longo desse processo, argumenta Carneiro, há a rejeição do papel das mulheres negras e indígenas na formação da cultura nacional, a erotização da desigualdade entre homens e mulheres, e a romantização da violência sexual contra as mulheres.

Dessa forma, o que poderia ser considerado uma reminiscência do passado colonial permanece vivo no imaginário social e adquire novos contornos nas sociedades contemporâneas, as quais ainda mantêm intactas as relações de gênero e de raça instituídas desde o período da colonização e perenizadas pelo colonialismo. Tal noção se cristaliza no patrimônio histórico brasileiro por meio dos inúmeros monumentos que representam o poder e a dominação europeia sobre as populações ameríndias, negras e miscigenadas. Segundo o pensador camaronês Achille Mbembe (2020), isso ocorre porque, para a dominação ser duradoura, esta “[...] deve se inscrever não

somente sobre os corpos dos sujeitos, mas também deixar marcas sobre o espaço que habitam, bem como traços indelévels no seu imaginário”. Assim, a dominação precisa “[...] envolver o assujeitado e mantê-lo em um estado mais ou menos permanente de transe, de intoxicação e de convulsão”. Ou seja, a sujeição precisa estar inscrita na vida cotidiana e no inconsciente dos indivíduos. Nesse sentido, ainda de acordo com Mbembe, os monumentos que evocam figuras coloniais foram construídos para perenizar a dominação dos colonizadores sobre os colonizados, visto que, em suas palavras,

[...] a presença desses mortos funestos no nosso espaço público visa garantir que o princípio do assassinato e da crueldade que eles personificaram continuem a assombrar nossa memória, a saturar nosso imaginário e nossos espaços de vida, provocando assim em nós um estranho eclipse da consciência e nos impedindo, *ipso facto*, de pensar com toda a clareza. (Mbembe, 2020).

Por sua vez, sobre a questão da memória e de seus espaços, o historiador Pierre Nora (1993) indica que as chamadas “sociedades-memória” – aquelas que se baseavam no passado para construir o futuro – foram substituídas por sociedades permeadas por rápidas transformações e onde a memória não é mais valorizada. Por conta disso, Nora observa a constante necessidade da construção de espaços em que a memória se materializa, os quais nomeia de “Lugares de Memória”. Nesse sentido, o autor entende a história como a representação de um passado vivido coletivamente; já a memória, como um processo de reconstrução e representação do que não existe na tentativa de forjar uma identidade comum. Indo ao encontro dessa percepção, Maurice Halbwachs (2006) enfatiza que a memória é sempre uma construção acerca do passado formulada no presente e, desse modo, é perpassada por subjetividades, seletividades e relações de poder.

Considerando as contribuições dos autores citados, podemos afirmar que a inserção de personagens no espaço público não é algo fortuito ou sem intencionalidade. Pelo contrário, esse é um mecanismo de construção da memória histórica, já que se trata da eleição de uma pessoa ou de um acontecimento para ser eternizado na lembrança coletiva.

No Brasil, a memória de figuras ligadas à violência impetrada pelos colonizadores segue viva no espaço público. É o caso do monumento que homenageia o navegador Pedro Álvares Cabral instalado em São Paulo, o mercador de escravos Joaquim Pereira Marinho em Salvador e as estátuas erguidas em homenagem a Cristóvão Colombo em várias cidades brasileiras, como Santos, Rio de Janeiro e Salvador, como expomos a seguir (Imagens 1 a 3):

Imagem 1: Monumento que rememora Pedro Álvares Cabral em São Paulo (SP)



Fonte: <https://saopauloantiga.com.br/monumento-pedro-alvares-cabral/>. Acesso em 05.09.2025.

Imagem 2: Estátua de Joaquim Pereira Marinho em Salvador (BA)



Fonte: https://x.com/Levyinho_/status/1420399729356296194. Acesso em 05.09.2024.

Imagem 3: Estátua de Cristóvão Colombo no Rio de Janeiro (RJ)



Fonte: <https://monumentos.rio.br/id/E801/>. Acesso em 05.09.2025.

A permanência desses monumentos no espaço público contemporâneo evidencia a perpetuação de narrativas que glorificam o domínio europeu sobre o território brasileiro e a violência colonial exercida contra os povos originários e a população africana submetida ao tráfico transatlântico, visto que tais representações materializam, ainda hoje, a hegemonia europeia e a hierarquização sociocultural entre colonizadores e colonizados. No que tange às mulheres negras e indígenas, esses dispositivos de memória reafirmam as estruturas patriarcais e raciais que as reduziram à condição de propriedade e as submeteram à violência sexual enquanto prática sistemática do projeto de conquista territorial e dominação colonial.

O mesmo ocorre no caso dos inumeráveis monumentos que aludem a personagens da monarquia europeia pelas cidades brasileiras, a exemplo das estátuas construídas em homenagem a monarcas, como D. Pedro I, D. Pedro II e D. João, e outros membros da realeza portuguesa, como Princesa Leopoldina e Princesa Isabel. Além de simbolizarem o domínio europeu sobre as terras brasileiras, esses monumentos representam a subjugação dos povos colonizados e obliteram as violências coloniais cometidas contra as mulheres das populações nativas.

Um exemplo claro disso já se materializa na primeira escultura pública instalada no país em homenagem a D. Pedro I – líder português proclamador da Independência – na Praça da Constituição, atual Praça Tiradentes, no

centro do Rio de Janeiro em 1862. Executada por Louis Rochet e projetada por João Maximiano Mafra, a obra é um símbolo das intensas disputas travadas no campo da memória. O monumento, feito de granito, ferro e bronze e com 15,7 metros de altura, apresenta D. Pedro I sentado em um cavalo e acenando com a Constituição de 1824 em uma das mãos.

De acordo com Ribeiro (1999), somente reis, imperadores e grandes heróis eram representados em estátuas equestres; assim, o monumento possuía a intenção de aproximar D. Pedro I aos seus antepassados europeus. Abaixo do monarca, no pedestal da construção, há a representação de indígenas, animais e plantas nativas, além de inscrições que remetem a quatro rios brasileiros: Amazonas, Madeira, São Francisco e Paraná (Imagens 4 a 7). Tais alegorias aparecem como símbolos da narrativa de unidade e integração territorial e buscam reafirmar o papel de D. Pedro nesse processo.

Imagem 4: Registro atual da estátua equestre de D. Pedro I



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3162493587414170&set=a.2082430488753824>. Acesso em 05.09.2025.

Imagens 5, 6 e 7: As figuras indígenas em mais detalhes



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3162494490747413&set=a.2082430488753824>. Acesso em 05.09.2025.

Por sua vez, a disposição dos personagens sugere a hierarquização entre colonizadores e colonizados, visto que a estátua de D. Pedro foi colocada acima dos indígenas e numa posição de domínio sobre eles. Ademais, as figuras indígenas apresentam características ligadas ao indianismo do século XIX e à noção do “bom selvagem” que fazia parte do imaginário europeu desde a colonização e, frequentemente, era evocada para justificar a dominação sobre os povos originários. Segundo Agostinho (2024), tal “[...] idealização do indígena como herói mítico nacional; inseria-se num regime de memória que remetia a imagem do indígena sempre no passado, estetizado e enobrecido em seus costumes”, já que o indígena real, ao contrário, era tido como insólito e resistente à civilização (Oliveira, 2016).

No que se refere mais especificamente à questão de gênero, a exemplo do que ocorre no monumento de Dom Pedro I, a grande maioria das

representações masculinas de monarcas no patrimônio histórico também denota a estruturação da colonização e, posteriormente, da colonialidade sob a ótica patriarcal, na qual os homens aparecem como símbolo do poder na sociedade. Logo, tais monumentos também cristalizam a subjugação do feminino e a atribuição de papéis subalternos às mulheres, inclusive no caso das pertencentes à realeza.

No caso das mulheres negras e indígenas, a invisibilização é ainda maior por conta da dupla opressão em que estão inseridas, a de gênero e a de raça. Além das raras representações das mulheres indígenas, africanas e afrodescendentes ou de representações que explicitam uma visão racista e misógina sobre elas, no patrimônio histórico há um silenciamento sistemático sobre as figuras femininas que resistiram à colonização ou lutaram pela Independência do Brasil, como é o caso de Maria Felipa, Hipólita Jacinta e Bárbara de Alencar, para citar alguns exemplos, o que coloca as mulheres, como já indicava Michelle Perrot (1988), como as excluídas da História.

Também são exemplares nessa seara as demarcações instaladas no espaço urbano em homenagem aos bandeirantes, personagens responsáveis pelas expedições realizadas, nos séculos XVII e XVIII, para expandir os domínios coloniais por meio da exploração de metais preciosos e da captura de escravizados. Segundo o historiador Casé Angatu (2020, n. p.), tais homenagens “[...] simbolizam uma tentativa da capital se desvincular de suas origens indígenas, negras, caboclas e caipira para se aproximar de uma metrópole europeia”.

É interessante mencionar que, até o século XVII, a visão geral sobre os bandeirantes era negativa, pois tinham a fama de mercenários e eram vistos como um perigo para os aldeamentos. No entanto, escritos de três estudiosos são apontados como decisivos para a mudança desse entendimento que se consolidou, principalmente, após as comemorações dos 400 anos da capital paulista: Frei Gaspar de Madre de Jesus, Affonso Taunay e Sérgio Buarque de Holanda. Desde então, além da nomeação de diversas rodovias em homenagem a nomes como Fernão Dias e Bartolomeu Bueno da Silva – conhecido como Anhanguera –, diversos monumentos retratam os bandeirantes como heróis. É o caso do Monumento às Bandeiras e das estátuas em homenagem a Manuel Borba Gato e Bartolomeu Bueno da Silva na cidade de São Paulo, Domingos Jorge Velho em Santana de Parnaíba, Francisco Dias Velho em Florianópolis, e Gaspar Vaz da Cunha em Campos do Jordão, dentre muitos outros nomes.

Tal glorificação apaga todo o histórico de violências cometidas pelos bandeirantes, como a exploração, o assassinato, a escravização das

populações nativas e as agressões sexuais praticadas contra as mulheres dos povos originários. Silencia também a exploração da força física de indígenas e africanos para abertura de matas, limpeza de trilhas, construção de acampamentos e proteção contra animais, além da utilização de seus saberes para a identificação de rotas viáveis e seleção de plantas para alimentos e remédios, assim como na construção de instrumentos de caça, luta e de todo tipo de informações que garantiram a sobrevivência dos exploradores e suas expedições país adentro.

Dentre os inúmeros patrimônios que homenageiam os bandeirantes, destaca-se pela sua monumentalidade o Monumento às Bandeiras (Imagem 8). Inaugurado em 1964 e projetado por Victor Brecheret, a obra se destaca no ambiente urbano com seus 11 metros de altura e pouco mais de 34 metros de profundidade.

Imagem 8: O Monumento às Bandeiras na capital paulista



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/spnunes/52663016387>. Acesso em 05.09.2025.

A construção emana as aspirações de uma elite paulista que buscava referências de coragem e vanguardismo para destacar seu papel na expansão territorial brasileira, mas nesse mesmo movimento, ao representar os bandeirantes como símbolo de heroísmo, dá destaque às narrativas que silenciam as violências cometidas por esses personagens contra as mulheres negras e indígenas das populações nativas.

Por sua vez, apesar de representações explícitas da violência de gênero não serem retratadas nos monumentos analisados até aqui, entendemos que a própria rememoração de figuras históricas coloniais opera como

um mecanismo de manutenção das lógicas coloniais. Isso porque esses monumentos, ao selecionarem determinados personagens como dignos de celebração pública, acabam por reforçar práticas, hierarquias e relações de poder que marcaram o período colonial e que seguem produzindo efeitos nas sociedades contemporâneas, como a manutenção das hierarquias de raça e de gênero impostas pelo projeto colonial e a persistência da desigualdade de gênero, que atribui às mulheres papéis que perpetuam formas de exploração sexual, trabalho precarizado e invisibilização de suas vivências, bem como a naturalização das narrativas que glorificam as ações dos colonizadores e, ao mesmo passo, silenciam as violências cometidas naquele período.

Desse modo, mesmo diante da ausência de imagens que retratem de forma direta a violência de gênero no patrimônio histórico nacional, a escolha de homenagear figuras ligadas à colonização, como navegadores, representantes das monarquias europeias, bandeirantes e mercadores de escravos, contribui para a naturalização de estruturas históricas de dominação e para a perpetuação das implicações sociais, políticas e simbólicas impostas às populações que foram submetidas ao colonialismo, inclusive as violências sofridas pelas mulheres indígenas, negras e escravizadas.

Nesse mesmo sentido, entendemos que a celebração pública de figuras coloniais pelo patrimônio contribui para a glorificação da violência de gênero, na medida em que tais representações reforçam narrativas que consagram como heróis personagens vinculados ao projeto colonial, sabidamente calcado em práticas de dominação, exploração e controle dos corpos femininos. Em outras palavras, ao enaltecer essas figuras como heroicas, civilizadoras ou fundadoras, os monumentos participam da naturalização do recorte específico da violência de gênero no contexto colonial, ocultando suas vítimas e contribuindo para a manutenção simbólica dessas estruturas na contemporaneidade.

Entretanto, a contestação dos monumentos ligados à colonialidade vem ganhando força nos últimos anos, principalmente a partir de movimentações capitaneadas pelos povos indígenas, pela comunidade negra e por organizações feministas. Por exemplo, o citado Monumento às Bandeiras tem sido alvo frequente de protesto. Em 2013, em meio às discussões sobre a Proposta de Emenda Constitucional 215, que objetivava transferir da União para o Congresso Nacional a demarcação das terras indígenas, os dizeres “Bandeirantes assassinos” foram pichados e tinta vermelha foi jogada sobre o monumento, como pode ser observado a seguir (Imagem 9).

Imagem 9: Intervenção no Monumento às Bandeiras em São Paulo



Fonte: <https://www.politika.io/fr/article/vandalismo-iconoclastia-ou-luta-pelo-direito-a-memoria-o-caso-da-estatuaria-dos>. Acesso em 05.09.2025.

Nesse mesmo ano, outra intervenção foi realizada por integrantes do povo guarani. A ação foi, posteriormente, relatada pelo líder indígena e coordenador tenondé da Comissão Guarani Yvyrupa, Marcos dos Santos Tupã:

[...] Saindo da Av. Paulista, marchamos em direção a essa estátua de pedra, chamada de Monumento às Bandeiras, que homenageia aqueles que nos massacraram no passado. Lá subimos com nossas faixas, e hasteamos um pano vermelho que representa o sangue dos nossos antepassados, que foi derramado pelos bandeirantes, dos quais os brancos parecem ter tanto orgulho. Alguns apoiadores não-indígenas entenderam a força do nosso ato simbólico, e pintaram com tinta vermelha o monumento. Apesar da crítica de alguns, as imagens publicadas nos jornais falam por si só: com esse gesto, eles nos ajudaram a transformar o corpo dessa obra ao menos por um dia. Ela deixou de ser pedra e sangrou. Deixou de ser um monumento em homenagem aos genocidas que dizimaram nosso povo e transformou-se em um monumento à nossa resistência. Ocupado por nossos guerreiros xondaro, por nossas mulheres e crianças, esse novo monumento tornou viva a bonita e sofrida história de nosso povo, dando um grito a todos que queiram ouvir: que cesse de uma vez por todas o derramamento de sangue indígena no país! Foi apenas nesse momento que esta estátua tornou-se um verdadeiro patrimônio público, pois deixou de servir apenas ao simbolismo

colonizador das elites para dar voz a nós indígenas, que somos a parcela originária da sociedade brasileira. (Tupã, 2013)

Novamente, em anos posteriores, patrimônios relacionados à colonialidade sofreram intervenções pelo Brasil. Mais recentemente, em 2020, crânios foram colocados na estátua que homenageia Borba Gato (Imagem 10) como símbolo da violência impetrada pelos bandeirantes. Já em 2021, a estátua foi incendiada. Um dos ativistas responsáveis, o motoboy Paulo Roberto da Silva Lima, conhecido como Paulo Galo, afirmou que a ação visava abrir o debate público a respeito da existência das estátuas que homenageiam personagens que representam a violência contra a população indígena e negra.

Imagem 10: Intervenção realizada na estátua de Borba Gato em São Paulo



Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/09/08/apos-1-ano-tres-acusados-de-incendiar-estatua-do-bandeirante-borba-gato-sao-julgados-em-sp.ghtml>. Acesso em 05.09.2025.

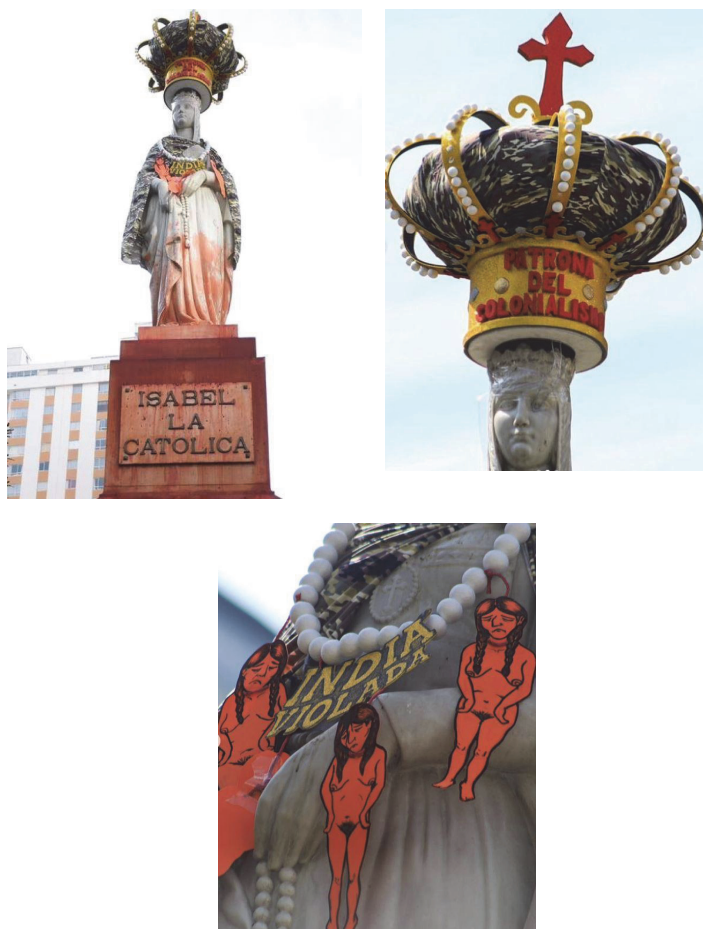
A contestação desses monumentos também denuncia a violência de gênero praticada por figuras relevantes no processo de colonização e que foram eternizadas no patrimônio histórico. Por exemplo, várias das ações realizadas trazem falas que apontam os bandeirantes como perpetradores de violências sexuais contra mulheres indígenas e negras. Nas palavras de um ativista que participou de um desses protestos, mas preferiu não se identificar, os “[...] bandeirantes foram, na verdade, grandes estupradores e assassinos de índios. Aquele monumento representa toda uma era de opressão e segregação aos índios. Todos esses monumentos representam símbolos da opressão” (Estadão, 2013).

Já no âmbito internacional, a partir de 2019, foi registrada uma onda de derrubada de estátuas ligadas ao colonialismo, o que vem intensificando o debate sobre qual deveria ser o destino dos monumentos coloniais. Esse movimento ganhou ainda mais força no bojo dos protestos antirracistas motivados pelo assassinato de George Floyd pela polícia estadunidense. Na ocasião, foram derrubadas estátuas como as do traficante de escravos Edward Colston em Bristol, na Inglaterra, e de Cristóvão Colombo na Virgínia, Estados Unidos. Além disso, inúmeros outros monumentos sofreram intervenções que denunciaram o caráter racista dos personagens imortalizados no patrimônio histórico.

No entanto, o debate sobre o que fazer com o patrimônio colonial não é simples e não apresenta consenso nem mesmo entre os especialistas. O historiador brasileiro Amílcar Pereira (2020) defende que [...] “a praça pública não é um lugar para exaltar uma pessoa que causou tanta dor a partir de uma perspectiva tão colonizadora, violenta e hierarquizante” e que tais monumentos deveriam ser colocados em museus nos quais fossem problematizados. Já Achille Mbembe (2020), analisando o caso africano, defende a criação de um parque-museu pan-africano para o qual estas estátuas deveriam ser transferidas. Já outros estudiosos não entendem que a retirada desses monumentos seria a solução ideal, a exemplo do historiador argentino Hernán Confino (2021), que propõe que “[...] estátuas permaneçam onde estão, mas com explicações sobre o que e quem elas representam e com intervenções artísticas atuais”.

Também é possível observar debates sobre a glorificação da violência de gênero a partir do patrimônio em países latino-americanos. Em 12 de outubro de 2024, no dia Nacional da Descolonização da Bolívia, o coletivo de mulheres Mujeres Creando fez uma intervenção na estátua erigida, em La Paz, em homenagem a Isabel de Castela, uma das monarcas que financiaram as viagens realizadas por Cristóvão Colombo no contexto das Grandes Navegações. As ativistas jogaram tinta vermelha no monumento, coroaram Isabel como “*Patrona del Colonialismo*” e colocaram imagens de mulheres indígenas com os dizeres “*india violada*”, como se pode observar a seguir (Imagens 11 a 13).

Imagens 11, 12 e 13: Registros da intervenção realizada na estátua de Isabel de Castela em La Paz, Bolívia, em 2024



Fonte: Página Monumentos Incômodos, https://www.instagram.com/p/DBEGZ94O3sb/?img_index=3. Acesso em 05.09.2025.

Uma faixa estendida pelas ativistas mencionava de forma taxativa: “*Colonialismo es despojo, racismo es genocidio*”. Como se vê, tal intervenção problematiza diretamente que a existência de monumentos que homenageiam nomes ligados à colonização das Américas invisibiliza as violências cometidas contra as mulheres indígenas, como a imposição do trabalho forçado e a violação sexual. Nesse sentido, tais movimentações são relevantes para incentivar as discussões sobre a glorificação da violência de gênero perpetrada no período da colonização, bem como suas permanências na contemporaneidade.

Por fim, é importante destacar que tais atos denunciam a violência estrutural contra os povos originários e a tentativa de enfraquecer suas

comunidades, inclusive por meio do emprego de uma violência atroz contra as mulheres indígenas, as quais, como se sabe, possuem um papel central na preservação das culturas e das tradições indígenas mesmo diante da violência colonial que se perpetua simbólica e fisicamente. Desse modo, concluímos que é urgente ampliar o debate sobre gênero, o colonialismo e as suas reminiscências no nosso presente, bem como é fundamental que os diversos setores da sociedade reflitam coletivamente sobre quais destinos relegar aos monumentos coloniais, com a intenção de que as violências do passado não sejam simbolicamente legitimadas ou novamente repetidas.

Considerações finais

Como vimos ao longo deste trabalho, as categorias de colonialidade de poder e colonialidade de gênero, formuladas por Aníbal Quijano e María Lugones, fornecem uma interessante chave de leitura para refletir sobre as violências expressas no patrimônio latino-americano da atualidade, especialmente por possibilitarem levantar discussões sobre o caráter racista, misógino e patriarcal do violento processo de colonização e de suas implicações na contemporaneidade.

Nas Américas, umas das grandes marcas da chamada “chaga colonial” foi a imposição, por parte dos colonizadores, da hierarquização entre o considerado “humano” e o “não humano” a partir da constituição de uma noção de raça que apresentava o europeu como “civilizado” e classificava os povos ameríndios e africanos escravizados como espécies não humanas. Tal construção social foi também colocada a serviço de justificar o genocídio contra os povos originários, executado por meio de assassinatos em massa, práticas de tortura, imposição de trabalho forçado, abusos sexuais e perseguição de suas práticas tradicionais. No caso específico do gênero, além de a violência tornar-se regra para as mulheres indígenas e africanas, as relações de gênero anteriores à colonização foram solapadas e substituídas pelas noções eurocêntricas, como aponta María Lugones.

No entanto, a dominação europeia sobre os territórios invadidos não se restringiu ao domínio sobre os corpos das populações nativas, mas também buscou se expressar nos espaços em que estas habitam para garantir a perpetuação da dominação, como aponta Achille Mbembe. Esse é, precisamente, o caso dos monumentos erigidos em homenagem às figuras ligadas ao processo de colonização, como as estátuas de representantes das monarquias europeias, dos colonizadores e dos bandeirantes que povoam as cidades brasileiras.

Nesse sentido, entendemos que as iniciativas de problematização da herança colonial no espaço público são profícuas oportunidades para aprofundar as discussões sobre quais memórias estão eternizadas no patrimônio histórico, bem como para compreender seus significados para os grupos excluídos da sociedade, já que contestar a narrativa que consagra os colonizadores como heróis é desnaturalizar as violências cometidas no passado e buscar que tais violências não se repitam no tempo presente. Assim, por fim, longe de apresentar respostas definitivas sobre o destino dos monumentos que simbolizam violências contra as mulheres, este artigo buscou suscitar reflexões sobre a celebração da violência de gênero pelo patrimônio histórico do espaço público brasileiro.

Referências

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. **A Exposição Antropológica Brasileira de 1882: história, ciência e poder no Museu Nacional do Rio de Janeiro.** Encyclopédie Béroser des histoires de l'anthropologie, 2024.

ANGATU, Casé. Entenda quem foram os bandeirantes e por que eles são homenageados em São Paulo. **Terra**, 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/entenda-quem-foram-os-bandeirantes-e-por-que-eles-sao-homenageados-em-sao-paulo,e4a454ef74a66ac515e37a6a2e15b292b9drni4k.html>. Acesso em: 5 set. 2025.

BIDASECA, Karina Andrea; LABA, Vanesa Vázquez. Feminismos y (des) colonialidad. Las voces de las mujeres indígenas del sur. In: BIDASECA, Karina Andrea; LABA, Vanesa Vázquez (Org.). **Feminismos y poscolonialidad: Descolonizando el feminismo desde y en América Latina.** Buenos Aires: Godot, 2011. p. 1-18.

CARVALHO, José Murilo de. **Formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo:** a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

CONFINO, Hernán. Apolêmica em torno da derrubada de estátuas de Cristóvão Colombo, gerais e traficantes de escravos na América Latina. **BBC**, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57743744>. Acesso em 11 dez. 2025.

GARGALLO, Francesca. Feminismo Latinoamericano. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**. Caracas, Enero- n 28, junio, 2007- Vol. 12, p. 17-34.

ESTADÃO. **Um dia intenso para o Monumento às Bandeiras**. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/edison-veiga/duas-entrevistas-o-filho-de-brecheret-e-o-pichador-do-monumento-as-bandeiras/?srsltid=AfmBOooduytfl0ty0TJNIdCFTgEHKPtCh0uN9Ss4NGFodVwSPjkbB4k2>. Acesso em: 10 nov. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber - Eurocentrismo e Ciências Sociais - Perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos feministas**. Florianópolis, v. 22, setembro-dezembro 2014, p. 935-952.

MBEMBE, Achille. O que fazer com as estátuas e os monumentos coloniais?. **Revista Rosa**. Disponível em: <https://revistarosa.com/2/o-que-fazer-com-as-estatuas-e-os-monumentos-coloniais>, 2020. Acesso em 1 nov. /2024

MENDOZA, Breny. “La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano”. En ESPINOSA MIÑOSO, Y. (coord.): **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**. Buenos Aires: En la frontera, 2010.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PEREIRA, Amilcar. Estátuas derrubadas pelo mundo incendeiam debate sobre a falta de inclusão na História. **O Globo**, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/estatuas-derrubadas-pelo-mundo-incendeiam-debate-sobre-falta-de-inclusao-na-historia-24478417>. Acesso em 11 dez. 2025.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 3. ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RIBEIRO, M. E. de B. Memória em Bronze: estátua equestre de D. Pedro I. In: KNAUSS, P. (coord.). **Cidade Vaidosa**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. p. 15-44.

SÁNCHEZ, Araceli Barbosa. **Sexo y conquista**. Centro coordinador y Difusor de Estudios Latinoamericanos, UNAM, 1994.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-Cadernos CES**, n. 18, 2012.

TUPA, Marcos do Santos. **Monumento à resistência do povo guarani**. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/monumento-a-resistencia-do-povo-guarani/>. Acesso em 16 nov. de 2014.

Recebido em setembro de 2025.

Aprovado em dezembro de 2025.